

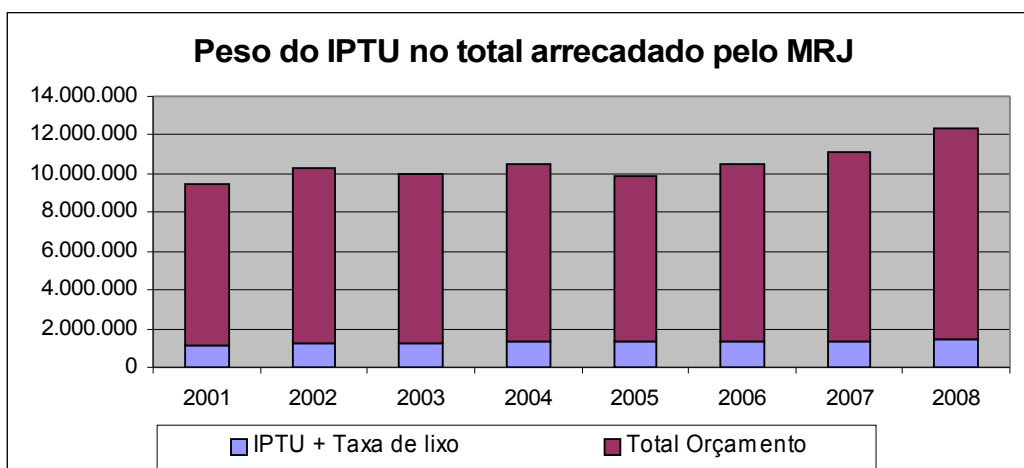
IPTU – Município do Rio de Janeiro

Surgiu no Rio de Janeiro um movimento social inédito, o chamado “IPTU, não pago e daí?”, capitaneado por diversas associações de moradores em protesto, inicialmente, contra o abandono por parte da prefeitura da conservação da cidade. Posteriormente, o movimento se transformou numa ação de resistência ao possível uso eleitoral dos recursos arrecadados no presente exercício.

Tendo em vista a importância do debate sobre a forma de tributar e o destino dos recursos públicos, acompanhamos a repercussão desse movimento na mídia, e buscamos a evolução da arrecadação desse tributo. Em função dos dados divulgados pelo prefeito e por se incluir a taxa de lixo no carnê de pagamento do IPTU, agregamos os valores desses dois tributos nos exercícios de 2001 a 2008. Os dados foram corrigidos monetariamente a preços de dezembro de 2007, exceto os referentes ao ano de 2008.

Dentre as receitas próprias do município do RJ, o Imposto Predial Territorial Urbano é a segunda maior fonte de arrecadação, sendo superado apenas pelo Imposto Sobre Serviços (ISS), que representa em média ao longo dos anos 18,7% do total das receitas, enquanto o IPTU somado à taxa de lixo corresponde a uma média de 13,9% do total das receitas.

O gráfico abaixo demonstra a evolução desta receita, e seu peso dentro do no total do orçamento:



Fontes: Prestação de Contas 2001 a 2006, Sítio do Rio Transparente - Arrecadado de 2007 em 10/02/2008 e LOA 2008.

Ao longo destes anos, a média anual de arrecadação do IPTU/taxa de lixo foi de R\$ 1,27 Bi, ao passo que a estimativa da prefeitura para 2008 é de uma receita da ordem de R\$ 1,40 Bi. Nota-se que o peso destes tributos não apresenta grandes variações a cada período, tendo 2005 como o ano de maior peso (15%). De acordo com a previsão orçamentária para 2008, o peso será de 12,9%, o menor dentre toda a série analisada, a despeito do crescimento em termos absolutos.

No entanto, para observarmos o efeito do movimento de protesto sobre a arrecadação é preciso destacar a evolução mensal, pois o foco da campanha é o não pagamento da cota-única de 2008 (os líderes do movimento recomendam a quitação dos tributos com acréscimo de multa somente em novembro, ou seja, em data posterior às eleições). O mês de maior arrecadação é fevereiro, mês de vencimento da cota única, e representa cerca de 40% do total da arrecadação.

Quando a notoriedade da campanha ganhou ares de movimento popular, o alcaide carioca tentou minimizar a importância dessa ação e divulgou números que supostamente comprovariam que o *boicote* não teve efeito na arrecadação do IPTU no mês de fevereiro. É digno de registro que tais números são resultados das informações privilegiadas do prefeito, não estando, portanto, disponibilizadas em documento público oficial.

Em seu Ex-Blog o prefeito César Maia informa que a arrecadação dos tributos em questão no período de 1 de janeiro a 11 de fevereiro de 2007 alcançou R\$ 596,7 milhões, enquanto que no mesmo período em 2008 a receita foi de R\$ 589,2 milhões, logo, uma *desprezível* redução de R\$ 7,5 milhões. Creditando tal fato à redução do desconto (de 10% para 7%) na cota-única.

Entretanto, o prefeito economista oportunamente ignora os dados orçamentários registrados. A estimativa de receita do tributo em 2007 foi de R\$ 1,35 Bi, sendo efetivamente arrecadados 93,7% (R \$1,27 Bi) . Para 2008 a previsão de arrecadação é de R\$ 1,40 Bi. Desta forma, de 2007 para 2008 registra-se um crescimento da previsão de arrecadação de 3,61% dos valores previstos nas Leis Orçamentárias Anuais (LOA`s), sendo assim, tomando como base esta expectativa de crescimento, a arrecadação com o IPTU até o dia 11/02, seria de R\$ 618,22 Bi e não R\$ 589,2 milhões, logo, a diferença do que foi arrecadado para o esperado pelo prefeito foi de R\$ 28,9 milhões. Em termos percentuais, a arrecadação cai de 44% (em 2007) para 42% do estimado para 2008.

Essa conta mostra que o movimento pelo boicote pode ter impactado as contas municipais, a despeito das declarações do prefeito minimizando seus efeitos. Ademais, a evidente tentativa da Prefeitura em elevar a arrecadação desses tributos, seja por meio da redução do desconto para o pagamento da cota única do IPTU, seja pela diminuição da quantidade de imóveis com direito a isenção **fracassou**. Posteriormente, o alcaide se viu forçado pelos protestos ocorridos a anular a última medida que aumentava o limite do valor venal dos imóveis que passariam a pagar pelo tributo. A revogação da medida provocou uma despesa, ainda não calculada, pela reedição e reenvio de 129 mil carnês.

As novidades do IPTU/Taxa do Lixo em 2008 pretendiam aumentar a receita total do município para assim alcançar dois objetivos, a saber: possibilitar um incremento na rubrica de investimentos, pois historicamente, em anos eleitorais essa despesa é mais elevada; e reduzir o percentual de endividamento público, pelo aumento da receita, pois o município já se encontra próximo aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal que permite o comprometimento de até 11,5% da receita corrente líquida com despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida, impossibilitando ao município de contrair novos empréstimos, como demonstrado na tabela abaixo:

Especificação em R\$ Milhões	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Juros e encargos da dívida	382.601	428.926	433.073	476.705	511.873	541.150
Amortização da dívida	164.576	207.859	226.645	254.647	300.744	310.725
Total	547.177	636.785	659.718	731.352	812.617	851.875
Receita corrente líquida	5.445.923	5.929.104	6.773.139	7.067.957	7.583.369	8.633.596
% Despesa com serviços da dívida/RCL	10,05%	10,74%	9,74%	10,35%	10,72%	9,87%

Fonte: Prestação de contas 2002 a 2006, sistema Fincon, no dia 25/01/2008 e Sítio Rio Transparente no dia 21/01/2008.

Tal limitação impediu o município do Rio em contrair os empréstimos pretendidos para a realização das obras dos Jogos Pan-americanos de 2007.

Entretanto, apesar de o movimento da sociedade civil chamar atenção para a situação de abandono da conservação urbana é notório que os investimentos municipais têm outro foco. No ano de 2007, R\$ 727 milhões, cerca de 50% do total dos recursos de investimentos, foram destinados diretamente aos Jogos Pan-americanos. Outra obra que também recebeu grande aporte de recursos naquele ano foi a construção da Cidade da Música, cuja dotação inicial era de R\$ 55 milhões para uma despesa final de R\$ 207 milhões; observa-se um acréscimo na ordem de 376%.

A primazia para esta última ação governamental detectada nos dados orçamentários foi confirmada neste o início de 2008 pelo próprio prefeito. Por conseguinte, a exemplo de 2007, o ritmo de destinação de dotações para a *obra símbolo* da gestão se manteve. Tal opção foi verificada nos remanejamentos identificados no Diário Oficial do Município de 25 de janeiro, pois transfere recursos da saúde e da educação para as obras na Zona Oeste (leia-se Cidade da Música). Dos R\$ 140 milhões remanejados pelo decreto, R\$ 38 milhões foram retirados da rubrica “Manutenção e revitalização da

rede de ensino”, e mais R\$ 43 milhões referentes à Secretaria Municipal de Saúde. Cabe ressaltar que os gastos desta obra estão sob investigação por parte do Ministério Público, uma vez que seu orçamento total inicialmente calculado era de R\$ 80 milhões (em 2002) e atualmente está em R\$ 461 milhões.

Pelos dados apresentados fica evidente que os maiores problemas sociais cariocas não serão atenuados em 2008, pelo contrário, a tendência é de agravamento tendo em vista que para a realização da prioridade do prefeito foram sacrificadas ações das áreas de saúde e de educação. Por outro lado, só reforça a argumentação do movimento de boicote ao IPTU que a conservação da cidade foi abandonada pela atual gestão.

IPTU-Niterói

A análise orçamentária do município de Niterói é restrita em função da dificuldade em se ter acesso às informações e pela inexistência de um sistema de acompanhamento orçamentário por parte do legislativo.

Desta forma, os dados apresentados na tabela abaixo representam o arrecadado nos exercícios de 2003 a 2005 e as estimativas de receitas para os anos de 2006, 2007 e 2008. Embora seja uma determinação constitucional a ampla divulgação das prestações de contas, não nos foi possível, até o momento, obter as referentes ao exercício de 2006.

ANO	IPTU+Taxa de lixo	Total das Receitas	Peso
2003	123.153.928,21	572.816.952,28	21,5%
2004	137.538.014,70	669.667.107,17	20,5%
2005	140.122.435,20	673.922.762,75	20,8%
2006*	143.276.387,87	678.652.003,69	21,1%
2007*	146.369.829,70	694.549.100,00	21,1%
2008*	157.683.800,00	755.000.000,00	20,9%

Fonte: Relatório da evolução e demonstrativo da receita conforme artigo 12 da LRF- sítio da Secretaria da Fazenda do Município de Niterói.

Pela tabela, observa-se que não há grandes variações ao longo dos anos, seguindo uma evolução em torno de R\$ 141 milhões. De 2003 para 2004 foi o período com maior crescimento correspondendo a 11,7%. Já para este ano a previsão é de um aumento de 7,7% na arrecadação do IPTU com uma ligeira queda no peso das receitas.

Salientamos que o IPTU corresponde ao maior tributo em termos de arrecadação dentre as receitas próprias, com média de 21% ao ano do total das receitas do município. A segunda maior receita é o ISS, correspondendo em torno de 12%.

Ao se fazer um paralelo com a situação do vizinho Rio de Janeiro percebe-se que um movimento semelhante de boicote ao IPTU em Niterói teria um efeito mais significativo.

Faz-se *mister* vencer a dificuldade de publicização e transparência do Município de Niterói, ainda mais considerando que sua gestão tem a bandeira do orçamento participativo.

Coordenação: Cons. Ruth Espinola Soriano de Mello, Econ. Bruno Lopes e Econ. Luiz Mario Behnken.
ASSISTENTES do FPO-RJ/Corecon-RJ: Camila Barbosa e Estud. Econ. Fernanda Stiebler Correio eletrônico: fporj@bol.com.br Portal: www.fporj.blogspot.com.br e www.corecon-rj.org.br"